



CURSO: DIREITO
DEPARTAMENTO DE PRÁTICA JURÍDICA
DISCIPLINA: **Juizados Especiais**
CODICRED: **24787-04, 24788-04 e 24789-04**

I. EMENTA: Disciplina tem a finalidade de realizar um estudo da Lei 9.099 de 26 de setembro de 1995, e da Lei n.º 10.259, de 12 de julho de 2001, destacando a importância histórica da criação e implantação do Sistema dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais na transformação do panorama jurídico brasileiro, respectivamente no âmbito da Justiça Estadual e da Justiça Federal. Análise desse instrumento moderno de prestação jurisdicional, que se orienta pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, nas causas cíveis de menor complexidade e criminais de menor potencial ofensivo. A matéria, em seus diversos pontos, atenderá a proposta do Curso de Ciências Jurídicas e Sociais para capacitar o aluno não só no campo teórico, mas com especial ênfase na prática forense.

II. OBJETIVOS: A disciplina dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, pretende conduzir o aluno ao estudo de uma nova visão do direito, através de um processo dinâmico previsto na Lei 9.099/95 e na Lei n.º 10.259/01, baseado em princípios norteadores a colimar uma justiça mais rápida e efetiva, com destaque para a conciliação e a transação.

III. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Histórico – Evolução da ideia dos Juizados de Pequenas Causas no Rio Grande do Sul e no Brasil. A concepção do Sistema Legal e Constitucional. A implantação dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais na Justiça Estadual e na Justiça Federal. Estrutura e funcionamento. Critérios. Competência e princípios informadores dos Juizados. Aplicação subsidiária da Lei n.º 9.099/95. Importância. Dinâmica do processo com a nova visão de solução dos conflitos através da conciliação, transação e arbitramento. Etapas procedimentais. Descentralização dos Juizados. Sistema Recursal.

2. Juizados Especiais Cíveis.

2.1. Abrangência. Causas de menor complexidade. Competência territorial, em razão da matéria e do valor. Modificação. Prorrogação. Causas excluídas. Opcionalidade e obrigatoriedade. Conflito de competência. Renúncia tácita. Os Juizados Especiais e o consumidor. 2.2. Partes no processo. Partes excluídas dos Sistemas. A parte e o preposto. Litisconsórcio. Mandato e limites. Contraditório e ampla defesa. Curadoria e Assistência judiciária. O Ministério Público. A atuação do advogado nos Juizados. O estudante de Direito nos Juizados. 2.3. Pedido. Modificação. Requisitos. Formas. Limites. A designação da audiência de conciliação. Dinâmica das citações e intimações. A importância da conciliação e o desempenho do conciliador. Homologação do acordo. Eficácia da sentença como título executivo. Revelia. A conciliação e os outros procedimentos. 2.4. Papel do juiz leigo e a audiência de



CURSO: DIREITO
DEPARTAMENTO DE PRÁTICA JURÍDICA
DISCIPLINA: **Juizados Especiais**
CODICRED: **24787-04, 24788-04 e 24789-04**

instrução no juízo arbitral. A decisão e o princípio da equidade. Homologação do laudo arbitral. Irrecorribilidade. Critérios diferenciadores do arbitramento da Lei 9.099/95 (Lei dos Juizados Especiais) com o sistema arbitral da Lei 9.307/96 (Lei da Arbitragem). 2.5. – Audiência de Instrução e Julgamento. Direção e supervisão da instrução. Resposta da parte requerida. Princípio do contraditório e ampla defesa. Preliminares, incidentes do processo e oportunidade da decisão. Pedido do réu em seu favor. Limites. Condições. A produção da prova documental e testemunhal. Inquirição de técnicos. A inspeção de pessoas e coisas. O princípio da confiança. Extinção do processo. 2.6 Sentença. Liquidez. Conteúdo e requisitos. Efeitos. Despesas. Processuais. 2.7 Ação Rescisória. Habeas-corpus. Mandado de Segurança. 2.8 Recursos. Legitimidade e interesse. Pressupostos objetivos e subjetivos. Prazo e preparo. Resposta. Duplo Grau de jurisdição. Obrigatoriedade. Assistência Judiciária. Efeitos do recurso. Turma Recursal. Dinâmica e extensão do julgamento. Custas e honorários. Embargos de Declaração. Suspensão do prazo recursal. Reclamação. Recurso Extraordinário. Precedentes. 2.9 Execução. Execução do próprio julgado. Execução dos acordos extrajudiciais homologado pelo juiz togado. Características e requisitos específicos. Execução de obrigação de fazer, de entregar e de não fazer. Multa. Limites. Perdas e Danos. Execução por quantia certa. Alienação de bens. Procedimento judicial. Embargos. Limites. 2.10 Execução de Título extrajudicial. Valor. Conciliação. Formas alternativas de pagamento. O acordo extrajudicial e o Ministério Público.

3. Juizados Especiais Criminais

3.1. Delitos de menor potencial ofensivo. Abrangência. Aplicação O Código de Trânsito Brasileiro (Lei 9.503/98), e o conceito de menor ofensividade. O Direito Penal como instrumento de controle social dos bens jurídicos. A visão dos Juizados e o Sistema Processual Penal. Institutos despenalizadores. 3.2 Princípios e critérios dos Juizados. Competência do Juizado e competência de foro. Prorrogação. Prevenção. Desclassificação. Conflito de competência. 3.3 Realização dos atos processuais. Citações e intimações. Conceitos e espécies. Publicidade. Nulidades. Princípios Processuais Penais. Atos essenciais. Registro dos atos processuais. Prescrição. 3.4 Fase Preliminar. Termo Circunstanciado. Conceituação. Atividade policial. Encaminhamento ao juizado criminal. Requisição de exames periciais. Intimação do responsável civil. O princípio da indisponibilidade e o controle jurisdicional. Atuação judicial. Participação do Ministério Público. A assistência de advogado. Conciliação. Condução. A composição dos danos civis. Execução no juízo civil. 3.5. Conciliação. Impossibilidade. Representação criminal. Transação penal. Proposta de aplicação de pena não privativa de liberdade. Oportunidade e critérios. Recurso. 3.6. Procedimento Sumaríssimo. Deslocamento de competência. Denúncia oral. Queixa oral. Formalização. Citação. Audiência de instrução e julgamento. Ciência às partes interessadas. Intimação das testemunhas. Nova proposta de conciliação. Produção das provas. Debates orais. Sentença. Embargos de Declaração. 3.7. Habeas-corpus.



CURSO: DIREITO
DEPARTAMENTO DE PRÁTICA JURÍDICA
DISCIPLINA: **Juizados Especiais**
CODICRED: **24787-04, 24788-04 e 24789-04**

Revisão Criminal. Mandado de Segurança. 3.8 Recursos cabíveis. Apelação. Situações possíveis. Prazo. Processamento. Turma Recursal. Composição. Competência. Julgamento. Embargos de Declaração. Recurso Extraordinário. 3.9 Execução. Competência do Juizado. Pena de Multa. Cumprimento. Revogação. Efeitos. Suspensão condicional do processo. Revogação. Conseqüências. Juízo Comum. 3.10 Despesas processuais. Critérios.

IV. BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

ASSIS, Araken. Execução civil nos Juizados Especiais. São Paulo: Revista dos Tribunais.

DINAMARCO, Cândido Rangel. Execução Civil. São Paulo: Malheiros Editores.

FILHO, Fernando da Costa Tourinho. Código de Processo Penal Comentado. São Paulo: Ed. Saraiva.

COMPLEMENTAR

BENETI, Sidnei e ANDRIGHI, Fátima Nancy. Juizados Especiais Cíveis e Criminais. Belo Horizonte, 1996.

CÂMARA, Alexandre Freitas. Dos Procedimentos Sumário e Sumaríssimo. Rio de Janeiro: Lumen Juris.

CAPPELLETTI, Mauro. Acesso à Justiça. Porto Alegre: Sérgio Fabris Editor.

CARNEIRO, Athos Gusmão. Jurisdição e Competência. São Paulo: Ed. Saraiva.

CARPENA, Márcio Louzada. Do Processo Cautelar Moderno. Ed. Forense, 2003.